

a utilização das medidas cabíveis à apuração dos ilícitos penais apontados, bem como a realização de correção geral na Cadeia Pública de Ipatinga; b) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, solicitando a instauração de procedimento administrativo apropriado à verificação e punição das faltas praticadas pelas autoridades indicadas; c) Corregedoria-Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para a determinação das medidas cabíveis na área da execução penal; d) Conselho Seccional do Estado de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil, para conhecimento dos fatos e correspondente atuação, no âmbito de suas atribuições. Passados trinta (30) dias da data em que tais providências forem tomadas, os autos deverão retornar à deliberação do Egrégio Conselho, com as informações prestadas pelos eminentes representantes dos órgãos destinatários dos ofícios em referência. É o meu parecer, submetido, com o respeito de sempre, aos Ilustres Senhores Conselheiros". **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e urgente encaminhamento dos expedientes mencionados no voto; 2º) Ofício de Denúncia de ROGÉRIO LENGUEIRER, recolhido à Penitenciária Bangu I, do Estado do Rio de Janeiro - Assunto: Denúncia - VOTO: "Por providências cabíveis a serem imediatamente tomadas, e a saber: a) comunicação ao Exmº Sr. Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; b) expedição de ofício, a que anexada cópia da denúncia, ao Exmº Sr. Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que os fatos sejam devidamente apurados, com vista à possibilidade de ser verificada a prática de infrações penais e determinados os respectivos autores; e, c) cientificação aos seus subscritores das diligências ordenadas". **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e encaminhamento dos expedientes conforme proposto; d) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO - 1º) Processo - MJ-Nº 003.226/87 - Assunto: pedidos de graça - VOTO: em diligência à SEJUSP/MJ - Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime; 2º) Ofício Nº 185/88 - Secretaria de Justiça/RS - Assunto: Informações pertinentes ao Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul - VOTO: pelo arquivamento - Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime; 3º) Processo - MJ-Nº 007.676/88-97 - Assunto: Construção de Penitenciária de Segurança Máxima em Charqueada/RS - VOTO: em diligência à DAAP/SEJUSP - Decisão-CNPCCP: pela aprovação e encaminhamento conforme proposto; 4º) Processo - MJ-Nº 004.322/89 - Assunto: Relatório Conselho Penitenciário/PR - ano 1988 - VOTO: "co nhecido o Relatório, opino pelo arquivamento" - Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime; 5º) Ofício Nº 07/88 - do Conselho da Comunidade de Luziânia/GO - VOTO: pelo conhecimento do expediente e arquivamento. **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação do voto e acolhimento das sugestões que se seguem: pelo Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, foi proposto "voto de louvor ao Conselho pela atividade demonstrada na inspeção aos estabelecimentos prisionais da área e denúncia de suas deficiências; sugeriu finalmente que "o Conselho da Comunidade não se limite às denúncias às autoridades, mas procure levantar recursos através de campanhas junto à própria comunidade para sanar essas deficiências". Pelo Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, foi apoiada a sugestão supra e sugerido que se encaminhe expediente aos Conselhos Estaduais de Política Criminal e Penitenciária já criados, no sentido de implementarem a criação dos Conselhos em apreço, nas Comarcas que ainda não o fizeram. Idêntica providência dirigida aos Juizes Criminais dos Estados em que, ainda, não existem os CEPCCPs. 6º) Ofício Nº 310/88 - Assunto: Relatório do Sistema Penitenciário/GO - Ano 88 - VOTO: pelo acolhimento e posterior arquivamento. **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e posteriores indagações tais como: pelo Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, foi solicitado esclarecimento quanto às visitas conjugais e se o fato não vem acarretando o aumento das doenças sexualmente transmissíveis; em resposta o Relator informou que esse tema não foi definido no Relatório em apreço. Face ao exposto a representante da SEJUSP, Dra. MARIA TERESA SÁ LEITÃO, informou que aquela Secretaria está atenta ao assunto e que existe representação dela no Ministério da Saúde, órgão incumbido desse controle. Pelo Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY, foi solicitado informações sobre as condições das celas de isolamento, tendo sido respondido pelo Relator que tais condições são adequadas; e) Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND - 1º) Relatório de Inspeção ao 42º Distrito Policial de São Paulo - Relatada a matéria, ficou adiada sua discussão para a próxima sessão, face a emendas sugeridas pelos Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI, LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY e JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES. IV - Proposições: pelo Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY, foi transmitido as seguintes propostas: a) votos de congratulações ao novo Presidente do CNPCCP - Professor RENÉ ARIEL DOTTI, por seu brilhantismo, cultura e conhecido jurista de renome nacional - **Decisão-CNPCCP:** por aclamação; aprovado; b) encaminhamento do relatório do Conselho Penitenciário do DF a um membro da Comissão CNPCCP-DF, designada recentemente - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e inclusão do mencionado Relatório ao processo pertinente e remessa do mesmo ao Conselheiro proponente. Pelo Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, foi proposto que o "Conselho, através de seu Presidente, entre em contato com o CONFEN, para que seja elaborado um projeto de prevenção ao uso de drogas nos estabelecimentos prisionais visando ao aproveitamento de recursos postos pela ONU à disposição do governo brasileiro com essa finalidade". **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e remessa de expediente ao CONFEN/MJ, conforme proposto. Pelo Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO foi proposto que o CNPCCP solicitasse ao CONTRAN/MJ, "isenção de IPI na compra de veículos destinados aos serviços penitenciários" - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e remessa de expediente nos termos mencionados. Pela Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, foi proposto o encaminhamento de expediente do CNPCCP ao Vereador da Câmara Municipal de São Paulo - PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI, no sentido de transmitir votos de congratulações pela "iniciativa acerca da inclusão da disciplina Educação em Direitos Humanos no currículo das Escolas da Rede Municipal de Ensino" - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e providências pertinentes. Pelo Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO, foi proposto "voto de louvor ao Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, pela publicação de seu excelente artigo sobre linchamento, na Revista de Informação Legislativa - outubro/dezembro - 1988, Ano 25 - Nº 100" - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime. V - Comunicação - Pelo Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, foi informado que o governo do Estado do Amazonas, unificou as Secretarias de Justiça e Segurança daquele Estado. VI - Encerramento - Face a exiguidade de tempo, o Presidente em exercício, encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 157ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1989 (TARDE)

Às dezesseis horas do dia 25 de abril de mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no Salão Nobre do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, com a finalidade de participar da cerimônia de posse do atual Presidente deste Egrégio Conselho, Professor RENÉ ARIEL DOTTI. I- Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e o ilustre empossado RENÉ ARIEL DOTTI. Ausências justificadas: ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Convidados presentes: Autoridades do Ministério da Justiça, Parlamentares, Presidentes e Desembargadores de Tribunais de Justiça, Secretários de Justiça e Segurança Pública, Procuradores Gerais de Justiça, Juizes de Execuções Criminais, Jornalistas e, representando o Governador do Estado do Paraná, compareceu o Professor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - Procurador Geral daquele Estado. II- Solenidade - Presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Professor OSCAR DIAS CORRÊA, teve início a cerimônia com a leitura do ato administrativo pela Dra. MARIA DE JESUS NASCIMENTO, Diretora Substituta do Departamento do Pessoal do Ministério, oportunidade em que, foram assinados os atos pertinentes. III- Palavra do Excelentíssimo Senhor Ministro OSCAR DIAS CORRÊA - Saudando os Ilustres convidados e em especial o empossado, foi dito por Sua Excelência que, face a gravidade dos problemas que assolam o país quer quanto à violência em geral, quer quanto ao tema penitenciário específico, não seria possível que o Ministério da Justiça adiasse a designação do Presidente do CNPCCP com as características do empossado, conhecida autoridade criminal e penitenciária do país, cujo desempenho certamente reforçará a representatividade do órgão e implementará condições de crescimento ao mesmo. Agradecendo a presença das autoridades convidadas passou a palavra ao empossado. IV- Palavra do Conselheiro Presidente do CNPCCP, Professor RENÉ ARIEL DOTTI - Pelo Senhor Presidente foi dito que, "ao assumir as honrosas e elevadas funções de Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - por generosa designação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Professor OSCAR DIAS CORRÊA - procuro avaliar a natureza e os objetivos do recente e importante órgão em consonância com a vaga de pessimismo que envolve setores destacados da inteligência brasileira e ponderáveis contingentes da população". Disse ainda que "o principal projeto do órgão é o de conduzir os ideais e as esperanças do sistema para além das margens condenadas, para além da epidemia da descrença e da praga de imobilismo". Convicto de que poderá conduzir bem a responsabilidade que assumirá salientou que "o Conselho haverá de cumprir o seu papel de moderador nos conflitos gerados pela violência e pela criminalidade". Reportando-se às realizações de seus antecessores no cargo que acabava de assumir, agradeceu ao Excelentíssimo Senhor Ministro a honra do convite e, em seguida, finalizou sua erudita oração. Após os cumprimentos apresentados, a solenidade foi encerrada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Professor OSCAR DIAS CORRÊA. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

Ministério da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ATA DA 53ª (QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO PÚBLICA
REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 1989

Pauta publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 1989, Seção I, página 6881. 1.- LOCAL: Avenida Presidente Vargas, nº 730, 24º andar, Cidade do Rio de Janeiro. 2.- HORÁRIO: 09:00 horas. 3.- TRABALHOS: Sob a Presidência do Dr. Waldyr Pires de Amorim, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Maria Aparecida Neves Carvalho de Castro, foi dado início à Sessão, procedendo-se à imediata verificação de "quorum". 3.1.- QUORUM: Presentes os Conselheiros Dr. Roberto Faldini, Dr. Germano de Brito Lyra, Dr. Jorge Oscar de Mello Flores, Dr. Hamilton de Abreu Nogueira, Dr. Enio Carvalho Rodrigues e Dr. Luis Pamplona de Paula Pessoa. Presente ainda o Procurador Representante da Fazenda Nacional neste Conselho, Dr. Paulo de Moraes Lenzi. Ausentes justificadamente os Conselheiros Dr. Pedro Henrique Mariani Bittencourt e Dr. Luiz Carlos Piva. 3.2.- LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA: Depois de lida e aprovada a Ata da 52ª (quinquagésima segunda) Sessão realizada no dia 31 de março de 1989, bem como comunicação feita através do Diário Oficial da União da não realização da Sessão do dia 28 de abril de 1989, iniciaram-se os trabalhos de acordo com o artigo 19 do Regimento Interno deste Conselho. 3.3.- EXPEDIENTE: Foi dada ciência ao plenário da publicação no Diário Oficial da União de 12 de abril de 1989, Seção I, páginas 5532 e 5533 da Sessão realizada no dia 24 de fevereiro de 1989. Logo após, o Conselheiro Vice-Presidente Dr. Enio Carvalho Rodrigues, sugeriu que se verificasse a data do término dos mandatos, para que fosse o mais breve possível, dada ciência junto ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no sentido de se providenciar com a maior brevidade as nomeações dos Srs. Conselheiros titulares e suplentes, para que dessa forma, ficassem os trabalhos em curso neste Órgão dentro de sua tramitação normal. Foi acordado também, que se realizariam duas Sessões no mês de junho próximo. 3.4.- SORTEIO: Conforme convencionado pelo plenário, deu-se início ao sorteio de relatores e revisores. RECURSO Nº 0253 (EX-OFFICIO) - Processo M.F. nº 10.768.044.112/86-43 (Banco Econômico S.A.); Recorrente: Banco Central do Brasil; Recorridos: Alberto Martins Catharino, Valdemar Tourinho de A